

O HOLOCAUSTO, MODERNIDADE E BANALIDADE DO MAL

Jhonnatan Souza da Mata*

RESUMO: O Holocausto foi um evento, onde massacrou vários povos e deixou como legado a morte de mais ou menos 20 milhões de pessoas. Bauman nos convida a pensar o Holocausto como produto e, ao mesmo tempo, fracasso da modernidade. Já para Arendt o Holocausto reside justamente na constatação de que os seres humanos podem realizar ações inimagináveis.

PALAVRAS-CHAVE: Holocausto; Violência; Modernidade; Banalidade do Mal.

1 INTRODUÇÃO

Adolf Hitler começa a montar uma política ditatorial contra aqueles que fossem contra o seu governo e esta era marcada pela repressão, pela perseguição, principalmente, aos judeus e pela expansão militar e territorial. Com este ato de Hitler começou a criar um novo ambiente de ação antissemitismo, que iria culminar no Holocausto.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman em seu livro *Modernidade e holocausto* descreve, a maneira pela qual essa indiferença é assumida como comportamento padrão dos indivíduos diretamente envolvidos com os procedimentos técnico-instrumentais na prática do horror nazista. Para tanto, toma de assalto, em suas análises, a participação de parcela importante da comunidade científica alemã na política de higiene racial que culminou com a morte de milhões de judeus. A tomada do poder pelos nazistas não mudou em nada a conduta profissional das elites científicas na Alemanha, já que, imbuídas na busca desinteressada pela verdade ou pela objetividade dos fatos, foram

* Formado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Nossa Senhora das Vitórias (IFNSV). E-mail: jhonnatandamata@hotmail.com



fiéis ao princípio da neutralidade moral da razão e à busca da racionalidade, esperando com isso contribuir com a construção de uma Alemanha melhor, livre da sujeira judaica e, assim, mais apropriada ao que se considerasse a vida humana digna.

Este tema na perspectiva da filósofa judia Hannah Arendt não tem como pano de fundo a malignidade, a perversão ou o pecado humano. A sua grande novidade na reflexão reside justamente em perceber que os seres humanos podem realizar ações inimagináveis, do ponto de vista da destruição e da morte, sem qualquer motivação maligna.

Baseado nesta análise, a expressão “Banalidade do Mal”, cunhada por Arendt expressa a consciência moral de alguns indivíduos que atuam dentro do sistema nazista de produção de morte sem raciocinar sobre seus atos. Eles não se preocupavam com as consequências destes, mas apenas com o cumprimento das ordens recebidas dos superiores.

2 O HOLOCAUSTO NA VISÃO DE BAUMAN

Zygmunt Bauman, um dos maiores representantes da corrente de pensamento chamada pós-modernidade, tem seu interesse por outros campos da sociedade moderna, não os campos de concentrações do Holocausto, pois como ele confessa no próprio prefácio da obra *Modernidade e holocausto*, teve seu primeiro impulso na leitura do livro de memórias do Holocausto, tal como narrado pela testemunha que lhe era mais próxima, sua esposa Janina Bauman. Percebeu não só que sabia muito pouco sobre a história da qual ele tinha conseguido escapar por pouco, mas também que o Holocausto tinha muito mais a dizer à sociologia do que esta era capaz de oferecer: evidências de importância universal retiradas da experiência do assassinato dos judeus e de outros povos.

Bauman, ao procurar compreender melhor este tema, começou a obter uma consciência de que o Holocausto foi um dos piores crimes já cometidos contra um povo. Em suas palavras:



[...] um crime horrendo perpetrado por gente iníqua contra inocentes. Um mundo dividido entre assassinos loucos e vítimas indefesas, com muitos outros ajudando as vítimas quando podiam, mas a maior parte do tempo incapazes de ajudar. Nesse mundo, os assassinos assassinavam porque eram loucos, cruéis e obcecados por uma ideia louca e depravada. As vítimas iam para o matadouro porque não eram páreo para o inimigo poderoso armado até os dentes, O resto do mundo só podia assistir, atordoado e agoniado, sabendo que apenas a vitória final dos exércitos aliados contra o nazismo poria fim ao sofrimento humano (BAUMAN, 1998, p. 9).

Os judeus eram considerados um perigo contra o qual a nação alemã, chefiada por Hitler, tinha que lutar. A estranheza deste evento – o holocausto – não se limitava a um lugar específico, mas era universal; o lado opaco de um mundo que lutava pela claridade, a ambiguidade de um mundo ávido por certeza. Foi, de fato, construído como a viscosidade arquetípica do “[...] sonho de ordem e clareza, como o inimigo de toda ordem, velha, nova e, particularmente, a ordem desejada” (BAUMAN, 1998, p. 78).

A conclusão a que se chega dessa análise foi a de que o assassinato em massa consistiu em um procedimento de administração racional da sociedade, sendo concebido como um esforço sistemático de colocar à seu serviço a postura, a filosofia e os preceitos da ciência aplicada. Nessa contexto, Bauman procura descrever de que forma a medicina juntou-se à metáfora da jardinagem para emprestar o arquétipo da postura construtiva empreendida pela ciência moderna, enquanto, ao mesmo tempo, a normalidade, a saúde e o saneamento racial forneciam a arquetípica para as tarefas e estratégias na condução dos negócios humanos.

A existência e a coexistência humanas viraram objeto de planejamento e administração; como plantas num jardim ou um organismo vivo, não podiam ser abandonadas à própria conta, do contrário seriam infestadas de ervas daninhas ou destruídas por tecido cancerígeno. A jardinagem e a medicina são formas funcionalmente distintas da mesma atividade de separar elementos úteis destinados a viver e prosperar, isolando-os de elementos perigosos e mórbidos que devem ser exterminados (BAUMAN, 1998, p. 93).

Essa metáfora do jardim, que Bauman se utiliza, mostra, claramente, como os alemães conceberam a ideia de limpeza racial e, ao mesmo tempo, a explicitação do que deveria ser objeto de tal empresa: os judeus. Desta forma, ocorre uma transformação e substituição dos antigos *guarda-bosques* pré-modernos e sua substituição pela figura do



jardineiro. O jardineiro, fez do seu ofício, na cultura moderna, imensos *canteiros de jardim* como método racional de governar a sociedade. Se cultivar a terra significa uma atividade, um esforço e uma ação racionais, necessárias para arar, semear, colher e combater as pragas, esta foi exatamente a forma da tarefa assumida em relação à sociedade humana, principalmente pelos nazistas.

Para realçar ainda mais as ambições do Estado agora empenhando em substituir os mecanismos não controlados e espontâneos das ervas daninhas que surgem em meio a todas aquelas plantas projetadas como úteis, a ciência foi “convocada” para legitimar o sonho da sociedade totalmente ordenada. A ciência moderna, ao radicalizar o processo imemorial de dominação da natureza (externa e interna), despoja-a de integridade e significado, concebendo-a como o oposto do sujeito dotado de razão e de capacidade moral. Despojada de integridade e de qualquer valor em si mesma, a natureza transforma-se em objeto maleável às liberdades do homem.

Ao ser concebida como uma ferramenta de domínio, a ciência não devia ser praticada por si mesma, mas sim capacitar seu detentor a melhorar a realidade, moldá-la de acordo com os projetos e interesses humanos e a contribuir para auto aperfeiçoamento, tornando o homem como um ser mais forte e detentor da verdade.

Isso significa que as ambições planificadoras da ciência podem se prestar fácil e alegremente, em qualquer época e em qualquer lugar, a usos políticos. Embora tais usos sejam todos eles justificados em termos apolíticos ou não-éticos, quer dizer, em termos do desenvolvimento da racionalidade que se tornou majoritária em seu seio, seus recursos, da liberdade de pesquisa dos cientistas e, é claro, do avanço do progresso científico. Nesses casos, a razão moderna curva-se aos fatos: os problemas têm que ser claramente formulados, o resto é questão da correta solução tecnológica.

As ambições planificadoras do Estado e de alguns ramos da ciências moderna visavam umas às outras e, para o bem ou para o mal, estavam condenadas a permanecer juntas, tanto na guerra como na paz. Na crítica de Bauman, portanto, essa coincidência entre o governo das ideias e a disciplina baseada na vigilância somente pode parecer contraditória se esquecermos as raízes sociais da idade da razão.



Uma das lições mais importantes da crítica que Bauman faz à modernidade como excesso é mostrar-nos como o sonho da razão legisladora produziu frutos amargos. Não há sociedade ordenada sem medo e humilhação, não há domínio sobre o mundo sem que se pisoteie a dignidade e extermine a liberdade, inexistente luta contra a desregrada contingência da condição humana que não faça supérfluos, no final, os seres humanos. Essa é a essência mesma de uma sociedade totalitária, quer dizer, tornar os seres humanos redundantes, dispensáveis como indivíduos, como seres privados da capacidade de pensar e escapar a qualquer exercício classificatório que desconsidere a irreduzível idiosincrasia e singularidade de cada homem e mulher. Basta observarmos que os maiores crimes contra a humanidade, e por ela perpetrados, têm sido cometidos em nome da regra da razão (ou melhor, de uma determinada forma de racionalidade), da perfeição universal, da melhor ordem.

Apesar da notória existência de laços causais que ligam a história do antissemitismo à ocorrência do massacre judeu, ele não pode ser responsabilizado pela singularidade daquele genocídio, já que, conforme a argumentação baumaniana, está longe de ser óbvio que a presença de sentimentos antissemitas, condição necessária da violência antijudaica, pudesse ser vista como sua condição suficiente. Bauman destaca que o antissemitismo

[...] foi funcional e talvez indispensável para a concepção e concretização do Holocausto, é igualmente verdade que o antissemitismo dos planejadores e administradores do assassinato em massa deve ter diferido em alguns aspectos importantes dos sentimentos antijudaicos, se é que os havia, dos executores, colaboradores e vítimas complacentes. É também verdade que para tornar possível o Holocausto, o antissemitismo de qualquer tipo tinha que ser fundido com certos fatores de caráter inteiramente diferente (BAUMAN, 1998, p. 53).

Portanto, somente quando esses sentimentos antijudaicos se atrelam à atraente visão de um projeto de engenharia social harmonioso e ordeiro, supostamente perturbado pelos judeus, é que a velha judeofobia se transforma no genocídio que tem a marca da civilização moderna.

O genocídio moderno do tipo Auschwitz deve, então, ser interpretado a partir do esforço assumido pelas sociedades que têm a marca da modernidade, que produzem



uma engenharia social conforme o conceito idêntico do que seria uma organização social ordenada. No caso da sociedade alemã, isso correspondeu a uma ordem social, com propósitos de purificação e elevação espiritual da raça ariana estabelecidos pelo Estado nacional-socialista e sua teoria/filosofia política. Ao invés de plantas, entretanto, nesse projeto, havia algumas vidas consideradas úteis e outras que, como as ervas daninhas, deveriam ser segregadas, contidas, impedidas de proliferar, removidas e mantidas fora dos limites da sociedade.

Se nenhum desses recursos conseguisse deter o avanço dessas pragas, a solução final para equiparar a pura identidade do projeto deveria ser o extermínio, a pura identidade com a morte. Sob as condições nacional-socialistas, de acordo com essa metáfora empregada por Bauman, os judeus encarnaram exatamente esses intrusos que se punham diante do projeto ordenador, necessitando, no extremo, ser eliminados. Essa eleição dos judeus, na perspectiva de Bauman, se confunde com a própria história da ambivalência, na era moderna com o motor e a grande perdição da modernização. Eliminar a ambivalência do ponto de vista dos Estados-Nação significava segregar, deportar ou, se necessário, eliminar os estranhos, verdadeiros refugos do progresso do nacionalismo nascente.

O coletivismo nacional da cultura moderna, tal como canteiro de jardim, os judeus foram alçados à condição dos *estranhos* sendo a irremediável falta de lar dos judeus o lembrete da relatividade da nacionalidade alemã e de suas fronteiras, a recordação do último resíduo de reprodução espontânea da ordem em uma Alemanha repleta de jardins racionalmente projetados e cuidados. Assim, os judeus, que não estão apenas fora do lugar, mas também sem casa, são facilmente vítimas de genocídio, em função daquilo que representavam:

Os judeus eram vistos como uma força sinistra e destrutiva, como agentes do caos e da desordem; como aquela típica substância pegajosa, escorregadia, que apaga as fronteiras entre as coisas que devem ser mantidas separadas, que torna todas as escadas hierárquicas escorregadias, funde tudo o que tem solidez e profana tudo o que é sagrado (BAUMAN, 1998, p. 71).



Os judeus não eram uma raça (planta) como as outras: eram uma *anti-raça*, segundo a definição dos antissemitas, que minava e envenenava todas as outras, solapando a própria ordem social, uma vez que sua mensagem não era uma outra ordem, mas o caos e a devastação. Com a presença deles, as inerentes contradições do projeto ordenador foram separadas, identificadas, objetivadas, isoladas do próprio projeto, fundidas em um todo coerente, confortavelmente formuladas como uma contribuição estranha nascida de motivos adversos, realçados e condenados.

Desta forma os governantes nazistas, à medida que confiavam na capacidade da razão para a obtenção de seus propósitos, manipularam as regras da racionalidade da autopreservação de tal modo que tornavam irracionais todos os outros motivos da ação humana. O direito do mais forte, mais astuto, engenhoso ou artiloso de fazer o possível para sobreviver é mais uma das lições horripilantes dos campos à nossa humanidade. Manter-se vivo é um valor aparentemente não prejudicado muito menos maculado pela desumanidade de uma vida dedicada à sobrevivência.

Os judeus aprenderam e nos ensinaram o quanto a obediência era racional e a racionalidade era obediência. Assim, habilmente, descobriram que a racionalidade significava cooperação: “[...] que tudo o que os judeus faziam para servir aos seus próprios interesses aproximava um pouco mais o objetivo nazista do êxito completo” (BAUMAN, 1998, p. 161).

Essa constatação, de acordo com Bauman, é um duro golpe contra aquelas interpretações que, ao marginalizarem a responsabilidade da cultura moderna na perpetração do Holocausto, concebem a existência de campos concentracionais e de extermínio na modernidade como uma interrupção do curso normal da história. Um câncer em seu corpo, resultado de uma loucura momentânea no inabalável progresso da vida organizada e civilizada.

Sendo assim, Bauman nos conclama a avaliar o fato de que o processo civilizador pode também ser concebido como um processo que despojou a avaliação moral do uso e exibição da violência, emancipando os anseios da racionalidade, da interferência de normas éticas e inibições morais. É por isso que ele nos convida a pensar o Holocausto como produto e, ao mesmo tempo, fracasso da modernidade, uma espécie de teste raro e



singular, embora verdadeiro, das possibilidades ocultas da sociedade moderna. Eis, então, sua singularidade e normalidade, momento em que a dialética entre civilização e barbárie se concretiza sem disfarces.

Bauman está interessado em alertar, baseando-se nas terríveis experiências trazidas à luz pelos campos de concentrações, sobre a irracionalidade da própria racionalidade moderna, que é instrumental. Conforme sua leitura, a razão apenas pode ser um bom guia para o comportamento humano naquelas ocasiões em que a racionalidade do ator, coincide com a racionalidade da ação e a repercute, medida por suas consequências objetivas para o ator e dependentes do contexto da ação.

3 A BANALIDADE DO MAL NA VISÃO DE HANNAH ARENDT

Para Hannah Arendt, a banalidade do mal se tonou visível desde quando ela foi convidada, juntamente com mais alguns jornalistas, a assistir ao julgamento de um dos altos funcionários do Nazismo no período da Segunda Guerra contra os judeus. O mesmo foi um dos maiores acontecimentos da época e Arendt descreve que o júri: “[...] era composta de jornalistas e articulistas de revistas que ocorreram à Jerusalém, vindos dos quatro cantos do mundo” (ARENDR, 1999, p. 16).

Mas, segundo ela, este funcionário com o nome de Adolfo Eichmann, não possuía um histórico ou traços antissemitas e não apresentava características de uma pessoa com caráter distorcido ou doentio. Ele agiu por desejo de ascender em sua carreira profissional e seus atos foram resultados de cumprimento de ordens superiores. Ele era um simples funcionário que cumpria ordens sem pensar em suas consequências. Para Eichmann, tudo era realizado com zelo e eficiência, e não havia nele o sentimento de “bem” ou “mal” em seus atos.

[...] quanto a sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais metucioso cuidado. Isso era mesmo difícil de engolir. Meia dúzia de psiquiatras havia testado a sua “normalidade” [...], enquanto outros consideraram seu perfil psicológico, sua atitude quanto a esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, “não apenas normal, mas inteiramente desejável (ARENDR, 1999, p. 37).



Para Hannah, ele não era nenhum monstro por ter cumprido as suas funções fielmente, ele era subordinado a alguém superior a ele. Seus atos poderiam ser desculpáveis, pois os mesmos não foram realizados por alguém dotado de crueldade, mas por um funcionário que estava em meio de um sistema e ele, como um bom profissional, fazia o que lhe era proposto sem pensar nas consequências dos seus atos.

Eichmann era um ser humano normal, bom pai de família, não possuía nenhum ódio ao povo judeu e não era motivado por vontade de transgredir ou por qualquer outro tipo de maldade. No entanto, viabilizou o assassinato de milhões de pessoas. Foi justamente isso que levou Arendt a usar o termo *banalidade do mal*. Estamos diante de um tipo de mal sem relação com a maldade, uma patologia ou uma convicção ideológica. Trata-se do mal como causa do mal, pois não tem outro fundamento. O praticante do mal banal não conhece a culpa. O mal banal parece ser um fungo, cresce e se espalha como causa de si mesmo, sem raiz alguma e atinge contingentes enormes das populações humanas em diversos lugares da terra.

Mediante esta análise, a expressão *banalidade do mal* indica que alguns indivíduos agem dentro das regras do sistema a que pertencem sem raciocinar sobre seus atos. Eles não se preocupam com as consequências destes, só com o cumprimento das ordens. A tortura, a execução de seres humanos ou a prática de atos descritos como “mal” não são raciocinadas em seu resultado final, desde que as ordens para executá-los advenham de estâncias superiores.

Depois disso, muito contra os meus hábitos, ficou silencioso por longo tempo, como se quisesse experimentar o impacto de suas palavras. [...]. No primeiro momento, não consegui captar o sentido do que havia dito, porque ele foi muito cuidadoso na escolha das palavras. Depois entendi e não disse nada, porque não havia mais nada a dizer. Porque eu nunca tinha pensado numa coisa dessas, numa solução por meio da violência. Agora eu perdia tudo, toda alegria do meu trabalho, toda iniciativa, todo interesse; eu estava, por assim dizer, arrasado (ARENDR, 1999, p. 99).

O pano de fundo do exame da questão do mal, em Arendt, é o processo de naturalização da sociedade e de artificialização da natureza ocorrido com a massificação,



a industrialização e a tecnificação das decisões e das organizações humanas na contemporaneidade. O mal é abordado, desse modo, na perspectiva ético-política e não na visão moral ou religiosa.

Ela associou o mal radical aos campos de concentração, base de sustentação da nova forma de governo em gestação. Isso faz o assunto ultrapassar a questão judaica, embora seja incompreensível sem ela. Holocausto é pouco para captar o que surgiu, pois não se trata apenas da execução de judeus. Esse algo a mais faz refletido por Arendt torna o seu discurso sobre a banalidade do mal algo relevante para todos nós. O mal radical está associado ao totalitarismo, organização governamental e sistemática da vida dos homens prescindindo do discurso e da ação, considerando-os meros animais, controláveis e descartáveis.

Portanto, é uma forma de governar sustentada no pressuposto do extermínio de setores da população e não apenas na sua opressão ou instrumentalização. Isso não diz respeito apenas à exclusão sócio-política do criminoso, nem à eliminação do opositor ou inimigo, mas a atualização da lógica da descartabilidade humana.

O mal banal caracteriza-se pela ausência do pensamento. Essa ausência provoca a privação de responsabilidade. O praticante do mal banal submete-se de tal forma a uma lógica externa que não enxerga a sua responsabilidade nos atos que pratica. Age como mera engrenagem. Não se interroga sobre o sentido da sua ação ou dos acontecimentos ao seu redor. Buscar o sentido não é apenas se informar sobre, não é algo da ordem do conhecimento nem da aferição da eficácia. Trata-se de medir e compreender o fenômeno que está acontecendo a partir do crivo da dignificação dos envolvidos.

Desta forma, com todas as ações e posicionamentos durante o tribunal e perante os juízes em seu julgamento, Eichmann é um excelente exemplo de alguém que abdicou



de compreender o sentido de suas ações no mundo. Pois o não refletir sobre suas ações é também negar a si a responsabilidade pelos seus atos, e é justamente o que acontece quando não refletimos sobre o mal que podemos realizar.

Portanto, pode se dizer que a banalidade do mal são atos de crueldade não necessariamente ilógicos, mas o mal pode ser tão impecavelmente racional quanto a bondade, eis o que o Holocausto tem a nos dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo tinha como meta mostrar ao leitor uma prévia visão da reflexão de dois pensadores contemporâneos, de origem judia. Como procuramos descrever, na perspectiva de Bauman, o Holocausto, através da “solução final” nos chama a atenção de que este mal não atingia somente para os judeus, mas também outros povos como ciganos, poloneses, homossexuais, dentre outros.

A partir da expressão *banalidade do mal*, cunhada por Hannah Arendt, procuramos refletir sobre o lugar da responsabilidade sobre as ações humanas. No caso do julgamento de Eichmann, exemplo paradigmático da banalidade do mal, o mal está naquele que faz os seus atos com a capacidade de julgar, portanto têm implicações ético-política, ou seja, que o mal está na capacidade de raciocínio da pessoa que quer praticá-lo.

Portanto o Holocausto chama a nossa atenção para o fato de que o lugar de comando, de autoridade, é daquele que possui o domínio sobre o outro e detém uma capacidade de manipular o outro sem nenhum problema. Essa “conquista” é fruto da modernidade e também o seu fracasso, a medida que a modernidade, ao realizar seus objetivos racionais não consegue defender a vida. A utilização racional e planejada da tecnologia, através da ciência nascente, pelo nazismo revela o sucesso e o fracasso do projeto moderno, visível nos seus frutos: holocausto e banalidade do mal.

REFERÊNCIAS



ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt: ética & política**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.



Revista Pandora

Jhonnatan Souza da Mata

<http://lattes.cnpq.br/4875630796520839>

